

## Apresentação

A *Resenha Eleitoral*, mais uma vez comprovando sua destacada posição do mercado editorial, faz chegar à comunidade científica volume dedicado ao Direito Processual Eleitoral.

O momento não poderia ser mais adequado.

Primeiro, porque tramita no Congresso Nacional projeto de reforma eleitoral que, de modo inédito, dedicou atenção à sistematização de normas processuais aplicáveis às ações eleitorais. Trata-se de um marco legislativo, que finalmente tem potencial de conferir à matéria a autonomia normativa que, há décadas, se fazia premente. Afinal, a cada novidade legal ou jurisprudencial desde a Lei Complementar nº 64/1990 escancara-se a complexa interação entre processo e direitos políticos. Coloca-se aos estudiosos equacionar desafios ímpares relacionados à compreensão das funções da Justiça Eleitoral, da legitimidade, do interesse, dos ônus do tempo e da prova, da segurança jurídica, dos precedentes. A literatura, como bem demonstra esse volume, vem fazendo sua parte, extraíndo proposições do direito processual, sendo relevante analisar o quanto dessas contribuições serão acolhidas no projeto do novo Código.

Segundo, porque torna-se possível, nesse importante momento, festejar duas riquíssimas trajetórias de dedicação à ciência processual eleitoral, inscritas com todas as letras na conquista representada pelo Código que se avizinha.

O professor Doutor Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, eterno Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, encerrou em maio de 2021 seus 8 anos de dedicação à Corte, parte deles à frente da Escola Judiciária Eleitoral. Nesse período, proferiu votos que sempre denotaram o mais profundo conhecimento da jurisprudência e marcante capacidade de diálogo em busca da formação e do aprimoramento dos precedentes. Com o rigor técnico que trouxe da academia, indispensável à evolução científica, foi sempre capaz de sustentar com exímia eloquência sua preocupação com a estabilização das questões processuais, corolário da concretização do devido processo legal. O artigo que apresenta nesta edição, *Mandado de Segurança contra Ato de Tribunal Regional Eleitoral* é exemplar dessa incansável disposição argumentativa em favor da cientificidade do direito processual eleitoral.

Por sua vez, a professora Doutora Elaine Harzheim Macedo leva para todos os seus textos e palestras a vivacidade, competência e talento que emprestou à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do

Sul, entre 2013 e 2014. Professora Catedrática Adjunta da PUC-RS, deve-se dizer, sem medo de errar, que Elaine é a decana das processualistas eleitorais, inspiradora de uma geração de estudiosas guiadas por sua assertividade e proficiência. Para esta edição da *Resenha Eleitoral*, a professora apresenta o artigo *O Processo de Impeachment de Prefeito Municipal e Seus Reflexos no Direito Eleitoral*, evidenciando mais uma vez que sua pena segue afiada.

Outros artigos instigantes que compõem a edição tratam de limites à atuação da Justiça Eleitoral à luz do controle de convencionalidade; da anterioridade eleitoral; da falsa dicotomia entre celeridade e irrecorribilidade imediata de decisões interlocutórias; da admissibilidade do recurso especial eleitoral. São temáticas que empolgam o leitor e que revelam que ainda há um universo por explorar – e que, espera-se, seja efetivamente explorado sobretudo a partir dos debates do novo Código Eleitoral.

Como corresponsáveis, juntamente com os professores Flávio Cheim Jorge e Ludgero Liberato pelo texto-base que trata das normas processuais no projeto do novo Código Eleitoral, esperam os editores convidados desta especialíssima edição da *Resenha Eleitoral* que tais debates floresçam e sigam incentivando a elevação do direito processual eleitoral ao alto *status* que necessariamente deve ter em um Estado Democrático de Direito.

Brasília e Curitiba, Primeiro Semestre de 2021.

Roberta Maia Gresta

Luiz Fernando Casagrande Pereira